

# Boletim de Pastoral Litúrgica

SECRETARIADO NACIONAL DE LITURGIA

**51**

**JULHO – SETEMBRO  
1988**

# BOLETIM DE PASTORAL LITÚRGICA

Publicação trimestral do Secretariado Nacional de Liturgia  
Propriedade da Conferência Episcopal Portuguesa

Director : ANÍBAL RAMOS  
Redactor: JOSÉ FERREIRA  
Administração: Boletim de Pastoral Litúrgica  
Seminário de Aveiro – 3800 AVEIRO  
Tel. / Fax: 034-22172

\*

Condições de assinatura anual:

	Via normal	Via aérea
Portugal e Países de língua portuguesa	600\$00	1.000\$00
Outros países estrangeiros	750\$00	1.050\$00
Este número	150\$00	—

---

**JULHO — SETEMBRO**

**51**

ANO XIII

Apresentação

Colectânea das Missas de Nossa Senhora

Directório para as Celebrações Dominicais  
na ausência do Presbítero

*Congregação do  
Culto Divino*

Como vai a reforma litúrgica 25 anos depois  
da Constituição sobre a Liturgia?

SNL

Liturgistas europeus estudam a piedade popular

Gestos litúrgicos – aspersão e incensação

*Congregação do  
Culto Divino*

A Missa ontem e hoje, de Pierre Jounel

A. Ramos

*Este Boletim é dedicado, de modo particular, aos Preliminares do Leccionário da Colectânea das Missas de Nossa Senhora e ao Directório para as Celebrações Dominicais na ausência do Presbítero.*

*Os Preliminares do Leccionário completam os Preliminares das Missas de Nossa Senhora que forma publicados no número anterior. Ninguém, minimamente informado, ignora o valor teológico, litúrgico e pastoral dos Preliminares que antecedem e enriquecem sobremaneira os livros litúrgicos saídos da reforma conciliar do Vaticano II.*

*A publicação de todos estes Preliminares em livro próprio que sirva como instrumento de estudo aos interessados, padres e leigos, é uma iniciativa que se impõe e urge cada vez mais entre nós.*

*Se é certo que a Colectânea das Missas de Nossa Senhora se destina especialmente às celebrações eucarísticas dos santuários marianos, aos quais presta um serviço incomparável, não é menos certo que os seus Preliminares condensam, de modo seguro e acessível, a doutrina teológica que está na base do culto mariano.*

*Merece particular atenção, nestes Preliminares do Leccionário, a apresentação da Bem-Aventurada Virgem Maria como modelo de Igreja no acolhimento à Palavra de Deus. Para quem estava habituado aos devocionários marianos anteriores ao Concílio, este tema constitui um desenvolvimento que até parece original e é, de facto, da mais flagrante oportunidade. Maria surge como a “nova Eva obediente à palavra divina” e a “Virgem ouvinte” que acolheu a Palavra de Deus com fé”.*

*O Directório para as celebrações Dominicais na ausência do Presbítero é um documento recente da Congregação do Culto Divino que se publica pela primeira vez em Portugal. Procura dar uma resposta a diversos factores convergentes da vida cristã no nosso tempo. A mobilidade das populações, as distâncias entre os lugares, a falta do clero, entre outras circunstâncias, tornam*

*cada vez mais difícil a celebração da Eucaristia dominical onde ela é necessária.*

*As experiências já feitas nos países mais atingidos pela escassez de clero e os pedidos de várias Conferências Episcopais levaram a Sé Apostólica à análise desta situação real e ao estudo da atitude pastoral mais adequada.*

*Como diz o documento, não se “pretende promover e ainda menos facilitar, de maneira desnecessária ou artificial, as assembleias dominicais sem celebração da Eucaristia”. O que está em questão é “apenas orientar e regulamentar aquilo que convém quando as circunstâncias reais reclamam uma decisão deste género”.*

*A santificação do Domingo é objecto de estudo no primeiro capítulo. Efectivamente, só quem sabe o valor do Domingo e o seu papel na vida da Igreja poderá compreender o significado que nele tem a celebração da Eucaristia.*

*No segundo capítulo indicam-se as condições para que se possam realizar as celebrações dominicais na ausência do presbítero. Estas celebrações têm um carácter supletivo e não podem ser consideradas como a melhor solução para as nossas dificuldades pastorais ou como uma concessão feita à comodidade dos fiéis. Por isso deve evitar-se toda e qualquer confusão entre estas reuniões e a celebração eucarística.*

*O terceiro capítulo trata da celebração em si mesma e da ordem a observar no decorrer da reunião, começando por reconhecer que esta se compõe de duas partes: a celebração da Palavra de Deus e a distribuição da Comunhão. Apresenta a seguir o esquema da celebração, que consta dos seguintes elementos: 1. ritos iniciais; 2. liturgia da palavra; 3. acção de graças; 4. ritos da comunhão, 5. ritos da conclusão.*

*O documento não termina sem afirmar que não é possível aos cristãos viverem sem fé, sem participarem na missão universal da Igreja e sem se alimentarem do pão eucarístico. Efectivamente, “a reunião do Domingo é sinal para o mundo do mistério de comunhão, que é a Eucaristia”.*

# Colectânea das Missas de Nossa Senhora

(Continuação)

## PRELIMINARES AO LECCIONARIO

1. Nos Preliminares ao *Leccionário da Missa* encontramos muitas normas e sugestões dignas de consideração atenta sobre a importância da Palavra de Deus na celebração da Eucaristia<sup>1</sup>. As quais — como é evidente — devem ser tidas diligentemente em conta também na celebração das missas em honra da Bem-Aventurada Virgem Maria.

### I

#### A PALAVRA DE DEUS NOS FORMULARIOS DA “COLECTANEA DAS MISSAS DE NOSSA SENHORA”

2. Concorrem para exprimir e definir o objecto peculiar de uma memória litúrgica tanto os textos eucológicos como os textos bíblicos. De onde se compreende por que razão, já desde os tempos antigos, se dedicou especial cuidado à escolha dos textos da Sagrada Escritura; mas compreende-se também porque na “Colectânea das Missas” está indicado para cada formulário “um esquema de leituras” para celebrar a liturgia da palavra.

3. As leituras bíblicas da *Colectânea das Missas da Bem-Aventurada Virgem Maria* constituem um amplo e variado “corpo” elaborado pelas comunidades eclesiais tanto antigas como recentes, no decurso de séculos.

<sup>1</sup> Cf. *Leccionário da Missa*, Edição Typica segunda. Libreria Editrice Vaticana, MCMLXXXI, *Preliminares*, nn. 1-10, pp. XIII-XVII.

Neste “corpo bíblico” podem-se distinguir três géneros de leituras:

a) leituras quer do Novo quer do Antigo Testamento que se referem à vida ou missão da Bem-Aventurada Virgem Maria ou contêm profecias referentes a Ela;

b) leituras do Antigo Testamento, que desde a antiguidade são referidas a Santa Maria. A Sagrada Escritura é tida, de facto, pelos Santos Padres, tanto do Novo Testamento como do Antigo, como um só corpo cheio do mistério de Cristo e da Igreja.<sup>2</sup> Pelo que alguns factos, símbolos e figuras do Antigo Testamento prefiguram ou evocam de modo admirável a vida e a missão da Bem-Aventurada Virgem Maria, gloriosa filha de Sião e Mãe de Cristo;

c) As leituras do Novo Testamento que não se referem directamente à Bem-Aventurada Virgem, mas que são propostas para a celebração da sua memória para que se torne evidente que em Maria, primeira e perfeita discípula de Cristo, refulgiram de modo extraordinário a virtude — a fé, a caridade, a esperança, a humildade, a misericórdia, a pureza do coração... —, que são exaltadas no Evangelho.

4. Pelo que diz respeito às leituras que estão indicadas para cada formulário da “Colectânia de Missas”, deve observar-se o seguinte:

a) São propostas somente duas leituras: a primeira do Antigo Testamento ou do Apóstolo (isto é, das Epístolas e do Apocalipse), mas no tempo pascal, dos Actos dos Apóstolos ou do Apocalipse; a segunda, do Evangelho. Como porém, o mistério que é celebrado muitas vezes pode ser considerado sob múltiplos aspectos, não raramente são propostos dois ou três textos para a primeira leitura e para o Evangelho, pois deve ser escolhido um livremente. Deste modo para uma só missa são apresentadas duas séries completas de lições;

b) todavia, se em especiais celebrações mais solenes, o sacerdote, de acordo com os fiéis, decide proclamar três leituras na missa, a leitura a acrescentar toma-se dos textos que se encontram no *Comum da Bem-Aventurada Virgem Maria* ou dos textos que se

<sup>2</sup> Cf. S. GAUDENTIUS BRIXIENSIS, *Tractatus II in Exodum*, 15: CSEL 68, pp. 26-27.

encontram no Apêndice deste *Leccionário*, tendo em conta os critérios estabelecidos no Preliminares do *Leccionário da Missa*, nn. 78-81 ("Princípios a observar na utilização do *Leccionário*");

c) as leituras que são indicadas na "Colectânea das Missas" para cada um dos formulários, estão ordinariamente muito bem adaptadas para celebrar uma peculiar memória da Bem-Aventurada Virgem Maria. É, contudo, dada aos celebrantes a faculdade de os substituir por outras leituras apropriadas escolhidas livremente de entre as que se encontram no *Comum da Bem-Aventurada Virgem Maria* ou no Apêndice deste *Leccionário*.<sup>3</sup>

5. Pelo que diz respeito à liturgia da palavra, observe-se o seguinte:

a) no tempo do Advento, Natal, Quaresma e Páscoa, não se interrompa a "leitura continuada" da Sagrada Escritura nem se ponham de lado frequentemente as leituras que exprimem a índole peculiar do tempo litúrgico. Se, porém, se tratar duma celebração com carácter de  *festa* ou de  *solenidade*, podem acrescentar-se as leituras que neste *Leccionário* se apresentam para cada missa;<sup>4</sup>

b) no "tempo comum" pertence ao celebrante, juntamente "com os ministros e outros que exercem alguma função na celebração, sem de nenhum modo excluir os fiéis"<sup>5</sup>, estabelecer se é preferível proclamar as leituras do *Leccionário* da "Colectânea de Missas" ou do *Leccionário* do tempo.

## II

### A BEM-AVENTURADA VIRGEM MARIA MODELO DA IGREJA NO ACOLHIMENTO À PALAVRA DE DEUS

6. A Igreja, porém, que, na celebração da missa, reserva uma honra especial à proclamação da palavra de Deus, exorta frequente-

<sup>3</sup> Cf. *Leccionário da Missa, Comum da Bem-Aventurada Virgem Maria*, nn. 707-712, pp. 325-327; cf. *infra* Appendix, nn. 1-21, pp. 183-215

<sup>4</sup> Cf. *Colectânea das missas da Bem-Aventurada Virgem Maria*, Vol. I, *Preliminares*, n. 31 c), p. XVIII.

<sup>5</sup> *Instrução Geral do Missal Romano*, n. 313; cf. *Leccionário da Missa, Preliminares*, n. 78, pp. XXV-XXVI.

mente os fiéis para que sejam “realizadores da palavra e não apenas ouvintes” (*Jac* 1,22) iludindo-se a si próprios. Na verdade, segundo a afirmação do Senhor, são bem-aventurados “aqueles que ouvem a palavra de Deus e a observam” (*Lc* 11,28).

7. No decurso dos séculos existiram muitos e santos discípulos do Senhor que amaram profundamente a palavra de Deus e acorreram às divinas escrituras com interesse como à fonte da vida; mas a Igreja propõe a todos os outros como modelo do discípulo que ouve fielmente a palavra de Deus a Virgem de Nazaré, que mereceu ser chamada a primeira de todos no Novo Testamento por causa da fé (*cf.* *Lc* 1,45).

8. Na verdade, a Bem-Aventurada Virgem ouviu com fé e acolheu com amor a mensagem de Gabriel, pelo que Aquela que se disse escrava do Senhor (*cf.* *Lc* 1,38), se tornou Mãe de Cristo, gerando primeiro na mente do que no ventre o Filho de Deus<sup>6</sup>. Santa Maria, porém, Virgem prudente, acolheu no coração a palavra do Senhor e, Virgem sábia, conservou-a, meditando-a, na mente (*cf.* *Lc* 2, 19-51).

A palavra de Deus, guardada no seu coração, moveu Maria a visitar sua parenta Isabel, para que juntamente com ela louvasse ao Senhor por causa da Sua bondade e misericórdia para com Israel, filho amado (*cf.* *Lc* 1,54). A Virgem de Nazaré não rejeita, contudo, as palavras duras (*Lc* 2, 34-35; *Mt* 2,13) ou obscuras (*cf.* *Lc* 2,49) que lhe são dirigidas profeticamente, mas, aceitando plenamente o desígnio de Deus, guarda-as no coração (*cf.* *Lc* 2,51).

Nas bodas nupciais, interpretando as palavras do Filho para além do sentido literal (*cf.* *Jo* 2,4), penetrou o “sinal de Caná” mais profundamente, mandou que obedecessem ao mandato do Senhor (*cf.* *Jo* 2,5) e ajudou a fé dos discípulos.

Estando junto da cruz (*cf.* *Jo* 19,25), acolheu as palavras do Filho, o Qual, antes de entregar o espírito, recomendou o Seu discípulo amado ao cuidado da Sua mãe (*cf.* *Jo* 19,26). Ela mesma obedeceu fielmente à recomendação que o Senhor, ressuscitado dos mortos, fez aos Apóstolos, que permanecessem na cidade até que fossem revestidos da força do alto (*cf.* *Lc* 24,49): permaneceu em Jerusalém e, perseverando unanimemente com os Apóstolos em oração (*cf.* *Act* 1,14), recebeu com fé o dom do Espírito Santo.

<sup>6</sup> *Cf.* SANTO AGOSTINHO, *Sermo* 215, 4: *Pl* 38, 1074; S. LEÃO MAGNO, *In Nativitate Domini Sermo* I, 1: *Pl* 54, 194.



9. Pelo que a liturgia Romana quando admoesta os fiéis acerca do acolhimento à palavra de Deus, propõe-lhes repetidas vezes o exemplo da Bem-Aventurada Virgem Maria, que Deus fez atenta à Sua palavra<sup>7</sup>, e que, nova Eva obedecendo à palavra divina<sup>8</sup>, se mostrou dócil à sua palavra do Filho<sup>9</sup>. Portanto a Mãe de Jesus é justamente saudada como "Virgem ouvinte", "que acolheu a palavra de Deus com fé"<sup>10</sup>. "Isto mesmo faz também a Igreja a qual, principalmente na sagrada liturgia, ouve e acolhe, proclama e venera a palavra de Deus; a serve aos fiéis como pão da vida; a qual, além disso, guiada pela sua luz, interpreta, investiga e vive os acontecimentos humanos como sinais dos tempos"<sup>11</sup>.

Os pastores ensinam, portanto, os fiéis, que frequentam os santuários dedicados à Mãe de Deus ou que no Sábado participam na Eucaristia celebrada em memória de Santa Maria, que é excelente acto de piedade em honra da Bem-Aventurada Virgem Maria proclamar rectamente a palavra de Deus nas celebrações litúrgicas e venerá-la com peculiar amor; ouvi-la com fé e guardá-la no coração; meditá-la na mente e difundí-la com a palavra; observá-la fielmente e conformar toda a vida com ela.

#### ESQUEMA DA COLECTANEA

##### No tempo do Advento

1. Virgem Santa Maria, eleita do povo de Israel
2. Virgem Santa Maria, na Anunciação do Senhor
3. Visitação da Bem-Aventurada Virgem Maria

##### No tempo do Natal

4. Santa Maria Mãe de Deus
5. Bem-Aventurada Virgem Maria, Mãe do Salvador
6. Bem-Aventurada Virgem Maria, na Epifania do Senhor

<sup>7</sup> Cf. Liturgia das Horas, comum da Bem-Aventurada Virgem Maria, I e II Vesp., Preces (formulário segundo).

<sup>8</sup> Cf. Liturgia das Horas, no dia 25 de Março na Anunciação do Senhor, Laudes, Preces.

<sup>9</sup> Cf. Liturgia das Horas, Sábado da I e II semana, Laudes, Preces.

<sup>10</sup> PAULO VI, Exortação Apostólica *Marialis Cultus*, n.17; AAS 66 (1974), p. 128.

<sup>11</sup> *Ibid.*, n. 17; AAS 66 (1974), p. 129.

7. Santa Maria na Apresentação do Senhor
8. Santa Maria de Nazaré
9. Bem-Aventurada Virgem Maria de Caná

#### **No tempo da Quaresma**

10. Santa Maria, discípula do Senhor
11. Bem-Aventurada Virgem Maria junto da Cruz do Senhor (I)
12. Bem-Aventurada Virgem Maria junto da Cruz do Senhor (II)
13. Encomendação da Bem-Aventurada Virgem
14. Bem-Aventurada Virgem Maria, Mãe da reconciliação

#### **No tempo Pascal**

15. Bem-Aventurada Virgem Maria na ressurreição do Senhor
16. Virgem Santa Maria, Fonte da Luz e da Vida
17. Bem-Aventurada Virgem Maria do Cenáculo
18. Bem-Aventurada Virgem Maria, Rainha dos Apóstolos

#### **No tempo comum**

##### *Secção I*

Esta secção contém 11 formulários para celebrar a memória da Mãe de Deus sob invocações tiradas, principalmente, da Sagrada Escritura ou que evidenciam a sua ligação com a Igreja.

19. Santa Maria, Mãe do Senhor
20. Santa Maria, a Mulher Nova
21. Santo Nome da Bem-Aventurada Virgem Maria
22. Santa Maria, Escrava do Senhor
23. Bem-Aventurada Virgem Maria, Templo do Senhor
24. Bem-Aventurada Virgem Maria, Sede da Sabedoria
25. Bem-Aventurada Virgem Maria, Imagem e Mãe da Igreja (I)
26. Bem-Aventurada Virgem Maria, Imagem e Mãe da Igreja (II)
27. Bem-Aventurada Virgem Maria, Imagem e Mãe da Igreja (III)
28. Coração Imaculado da Bem-Aventurada Virgem Maria
29. Bem-Aventurada Virgem Maria, Rainha do Universo

## *Secção II*

Esta secção apresenta nove formulários para celebrar a memória da Mãe do Senhor sob invocações que significam a sua cooperação para o fomento da vida espiritual dos fiéis.

30. Bem-Aventurada Virgem Maria, Mãe e Medianeira da Graça
31. Bem-Aventurada Virgem Maria, Fonte da Salvação
32. Bem-Aventurada Virgem Maria, Mãe e Mestra espiritual
33. Bem-Aventurada Virgem Maria, Mãe do Bom Conselho
34. Bem-Aventurada Virgem Maria, Causa da nossa Alegria
35. Bem-Aventurada Virgem Maria, Sustentáculo da Fé
36. Bem-Aventurada Virgem Maria, Mãe do Amor Formoso
37. Bem-Aventurada Virgem Maria, Mãe da Santa Esperança
38. Santa Maria, Mãe da Unidade

## *Secção III*

Esta secção apresenta oito formulários para celebrar a memória de Santa Maria sob invocações que significam a sua misericórdiosa intercessão em favor dos fiéis.

39. Santa Maria, Rainha e Mãe de Misericórdia
40. Bem-Aventurada Virgem Maria, Mãe da Divina Providência
41. Bem-Aventurada Virgem Maria, Mãe da Consolação
42. Bem-Aventurada Virgem Maria, Auxílio dos Cristãos
43. Bem-Aventurada Virgem Maria das Mercês
44. Bem-Aventurada Virgem Maria, Saúde dos Enfermos
45. Bem-Aventurada Virgem Maria, Rainha da Paz
46. Bem-Aventurada Virgem Maria, Porta do Céu.

Tradução não oficial de *Fernando Silva*

# Directório para as Celebrações Dominicais na ausência do Presbítero

Congregação do Culto Divino

Prot. 691/86

O "Directório para as celebrações dominicais na ausência do presbítero" é uma resposta a diversos factores convergentes. O primeiro deles é a realidade actual: nem sempre e em toda a parte é possível realizar uma celebração plena do Domingo (n. 2). Outro facto é: o pedido de várias Conferências episcopais, que nos últimos anos solicitaram à Santa Sé orientações para esta situação de facto (n.7). Em terceiro lugar o factor experiência: a Santa Sé, através de indicações e orientações gerais, e vários bispos nas suas Igrejas particulares, ocuparam-se deste assunto. O Directório beneficiou da experiência de todas estas intervenções, ao avaliar as vantagens e ao mesmo tempo os possíveis limites de tais celebrações.

O pensamento fundamental de todo o Directório é o de assegurar, da melhor maneira e em cada caso, a celebração cristã do Domingo, sem esquecer que a Missa permanece a sua celebração própria, mas reconhecendo ao mesmo tempo a presença de elementos importantes, mesmo quando ela não pode ser celebrada.

Este documento não pretende promover e ainda menos facilitar de maneira desnecessária ou artificial as assembleias dominicais sem celebração da Eucaristia. Ele quer apenas orientar e regulamentar aquilo que convém fazer quando as circunstâncias reais reclamam uma decisão deste género (nn. 21-12).

A primeira parte do Directório é inteiramente dedicada à apresentação, de modo esquemático, do sentido do domingo e toma como ponto de partida o n. 106 da Constituição Sacrosanctum Concilium (n. 8).

A segunda parte prevê as condições necessárias para decidir destas assembleias na ausência do presbítero, numa diocese, de maneira habitual. Do ponto de vista orientativo e prático é a parte mais importante do documento. Quanto aos leigos prevê-se, em tal caso, a sua colaboração. Trata-se dum exemplo das responsabilidades que os pastores podem entregar a membros da sua comunidade.

A terceira parte é uma descrição breve do rito das celebrações dominicais da Palavra com distribuição da Eucaristia.

Como noutros documentos semelhantes, a aplicação deste Directório depende de cada bispo, de acordo com a situação da sua Igreja, e, quando se trata de normas mais amplas, depende da Conferência Episcopal.

O que é importante é assegurar às comunidades que se encontram em tais situações, a possibilidade de se reunirem no domingo, tendo a preocupação de inserir estas reuniões na celebração do ano litúrgico (n. 36) e de as relacionar com a parte da comunidade que celebra a Eucaristia à volta do próprio pastor (n. 42)

Em todos os casos, o fim pastoral do domingo – segundo as afirmações de Paulo VI (n. 21) e de João Paulo II (n. 50) – continua a ser o de sempre: celebrar e viver o domingo de acordo com a tradição cristã.

Cidade do Vaticano, 2 de Junho de 1988.

### Proémio

1. A Igreja de Cristo, desde o dia de Pentecostes, após a descida do Espírito Santo, sempre se reuniu fielmente para celebrar o mistério pascal, no dia que foi chamado "Domingo", em memória da ressurreição do Senhor. Na assembleia dominical a Igreja lê aquilo que em todas as Escrituras se refere a Cristo<sup>1</sup> e celebra a Eucaristia como memorial da morte e ressurreição do Senhor, até que Ele venha.

2. Todavia nem sempre se pode ter uma celebração plena do domingo, pelo que muitos têm sido e ainda são os fiéis aos quais, "por falta do ministro sagrado ou por outra causa grave, se torna impossível participar na celebração eucarística" <sup>2</sup>.

3. Em diversas regiões, depois da primeira evangelização, os

bispos confiaram aos catequistas o encargo de reunir os fiéis no dia de domingo e de dirigir a sua oração na forma dos exercícios de piedade. Com efeito, os cristãos, tendo aumentado em número, achavam-se dispersos em muitos lugares, por vezes até afastados, de modo que o sacerdote não podia reuni-los cada domingo.

4. Noutros lugares, por causa da perseguição contra os cristãos, ou por outras severas limitações impostas à liberdade religiosa, é totalmente proibido aos fiéis reunirem-se no domingo. E tal como outrora houve cristãos, que se mantiveram fiéis à participação na assembleia dominical até ao martírio<sup>3</sup>, assim hoje há os que tudo fazem por se reunir no domingo para orar, em família ou em pequenos grupos, mesmo quando privados da presença do ministro sagrado.

5. Por outro lado, nos nossos dias, em várias regiões, cada paróquia já não pode usufruir da celebração da Eucaristia em cada domingo, porque o número dos sacerdotes diminuiu. Além disso, em virtude das circunstâncias sociais e económicas, bastantes paróquias despovoaram-se. Por tal motivo, a muitos presbíteros foi entregue o encargo de celebrar a Missa várias vezes no domingo, em igrejas dispersas e distantes entre si. Mas tal costume não parece sempre oportuno, nem para as paróquias privadas de pastor próprio, nem para esses mesmos sacerdotes.

6. Por isso em algumas Igrejas particulares, nas quais se verificam as condições acima referidas, os bispos julgaram necessário estabelecer outras celebrações dominicais, na falta do presbítero, para que a reunião semanal dos cristãos se realize do melhor modo possível, e seja assegurada a tradição cristã no domingo.

Não raro, sobretudo em terras de missão, os próprios fiéis, conscientes da importância do domingo, com a cooperação dos catequistas e dos religiosos, reúnem-se para ouvir a palavra de Deus, para orar e por vezes também para receber a sagrada comunhão.

7. Consideradas atentamente todas estas razões, e tidos em conta os documentos promulgados pela Santa Sé<sup>4</sup>, a Congregação do Culto Divino, secundando aliás os desejos da Conferências Episcopais, julga oportuno recordar alguns elementos doutrinários sobre o domingo, e

estabelecer as condições que tornam legítimas tais celebrações e ainda fornecer algumas indicações para o correcto desenvolvimento das mesmas.

Será da competência das Conferências Episcopais, conforme for sendo oportuno, determinar posteriormente as próprias normas e adaptá-las à índole dos diversos povos e às várias circunstâncias, e disso informar a Sé Apostólica.

## Capítulo I

### O Domingo e a sua santificação

8. “Por tradição apostólica, que nasceu do próprio dia da Ressurreição de Cristo, a Igreja celebra o mistério pascal todos os oito dias, naquele que se denomina, com muita razão, dia do Senhor ou domingo”<sup>5</sup>.

9. Testemunhos da assembleia dos fiéis, no dia que já no Novo Testamento é chamado “domingo”<sup>6</sup>, aparecem explicitamente nos antiquíssimos documentos dos séculos primeiro e segundo<sup>7</sup>, entre os quais se salienta o de São Justino: “No chamado dia do sol, todos, quer habitem na cidade ou no campo, se reúnem num mesmo lugar...”<sup>8</sup>. Como o dia em que os cristãos se reuniam, não coincidia com os mais festivos do calendário grego e romano, tal facto constituía, mesmo para os outros cidadãos, um certo sinal do nome cristão.

10. Desde os primeiros séculos, os pastores nunca cessaram de inculcar nos fiéis a necessidade de se reunirem no domingo: “Não queirais separar-vos da Igreja, pelo facto de não vos reunirdes, vós sois membros de Cristo...; não queirais tornar-vos negligentes, nem separar o Salvador dos seus membros, nem rasgar e desmembrar o seu corpo...”<sup>9</sup>. Isso mesmo recordou recentemente o Concílio Vaticano II com as palavras: “Neste dia os fiéis devem reunir-se em assembleia para ouvir a palavra de Deus e participarem na Eucaristia, e assim fazerem memória da paixão, da ressurreição e da glória do Senhor Jesus, e darem graças a Deus que os regenerou na esperança viva pela ressurreição de Jesus Cristo de entre os mortos”<sup>10</sup>.



11. A importância da celebração do domingo na vida dos fiéis é assim definida por Santo Inácio de Antioquia: "(Os cristãos) já não celebram o sábado, mas vivem segundo o domingo, no qual até mesmo a nossa vida ressurgiu por Ele (Cristo) e pela sua morte" <sup>11</sup>. O sentido cristão dos fiéis, quer no passado, quer hoje em dia, teve sempre em tão grande honra o domingo, que mesmo nos tempos de perseguição e nas regiões de culturas afastadas ou até opostas à fé cristã, de modo nenhum aceitou substituir o dia do Senhor.

12. os elementos requeridos para haver assembleia dominical, são principalmente os seguintes:

a) reunião dos fiéis para manifestar que a Igreja não é uma assembleia formada espontaneamente, mas convocada por Deus, ou seja o povo de Deus organicamente estruturado, ao qual preside o sacerdote na pessoa de Cristo Chefe;

b) instrução sobre o mistério pascal por meio das Escrituras que são lidas e que o sacerdote ou o diácono explicam;

c) celebração do sacrifício eucarístico, a realizar pelo sacerdote na pessoa de Cristo e oferecida em nome de todo o povo cristão, pela qual se torna presente o mistério pascal.

13. O cuidado pastoral há-de procurar principalmente que o sacrifício da Missa seja celebrado cada domingo, pois só por ele se perpétua a Páscoa do Senhor <sup>12</sup> e a Igreja se manifesta plenamente. "O domingo é o principal dia de festa a propor e a inculcar na piedade dos fiéis... Não lhe devem ser antepostas outras celebrações, a não ser que sejam de máxima importância, porque o domingo é o fundamento e o núcleo de todo o ano litúrgico" <sup>13</sup>.

14. É necessário que tais princípios sejam inculcados desde o início da formação cristã, para que os fiéis observem voluntariamente o preceito da santificação do dia de festa, e compreendam o motivo pelo qual se reúnem cada domingo para celebrar a Eucaristia, convocados pela Igreja e não apenas por sua devoção privada. Assim os fiéis poderão fazer a experiência do domingo como sinal da transcendência de Deus acima do trabalho do homem e não apenas como simples dia de



repouso; e poderão ainda, graças à assembleia dominical, perceber mais profundamente e mostrar exteriormente que são membros da Igreja.

15. Os fiéis devem poder encontrar nas assembleias dominicais, como na vida da comunidade cristã, quer uma participação activa quer uma verdadeira fraternidade, e devem ter a oportunidade de se revigorarem espiritualmente conduzidos pelo Espírito. Desse modo se protegerão também mais facilmente contra os atractivos das seitas, que lhes prometem ajuda no sofrimento da solidão e mais profunda satisfação das suas aspirações religiosas.

16. Por fim, a acção pastoral deve favorecer as iniciativas que visam tornar o domingo "também dia de alegria e de repouso do trabalho"<sup>15</sup>, de modo que na sociedade actual a todos ele apareça como sinal de liberdade, e consequentemente como dia instituído para o bem da própria pessoa humana, a qual, sem dúvida, tem mais valor do que os negócios e os processos produtivos.

17. A palavra de Deus, a Eucaristia e o mistério sacerdotal, são dons que o Senhor apresenta à Igreja, sua Esposa. Devem ser acolhidos, e também solicitados, como graça de Deus. A Igreja, que possui estes bens sobretudo na assembleia dominical, nela dá graças a Deus, enquanto espera a alegria perfeita do dia do Senhor "diante do trono de Deus e na presença do Cordeiro"<sup>17</sup>.

## **Capítulo II**

### **Condições para as celebrações dominicais a realizar na ausência do presbítero**

18. Quando em alguns lugares não for possível celebrar a Missa ao domingo, veja-se primeiro se os fiéis não podem deslocar-se à igreja dum lugar mais próximo e participar aí na celebração do mistério eucarístico. Tal solução é de recomendar também nos nossos dias, e até de conservar quanto possível; isso exige todavia que os fiéis sejam devidamente instruídos acerca do sentido pleno da assembleia dominical e aceitem de bom grado as novas situações.

19. É para desejar que, mesmo sem a Missa, aos fiéis reunidos em diversas circunstâncias no dia do domingo, sejam abertos com largueza os tesouros da Sagrada Escritura e da oração da Igreja, a fim de não serem privados das leituras que são lidas no decurso do ano durante a Missa, nem das orações dos tempos litúrgicos.

20. Entre as formas que se encontram na tradição litúrgica, quanto a celebração da Missa não é possível, é muito recomendada a celebração da palavra de Deus<sup>18</sup>, que, se for oportuno, pode ser seguida da comunhão eucarística. Desse modo os fiéis podem alimentar-se ao mesmo tempo da Palavra e do Corpo de Cristo. "Na verdade, escutando a palavra de Deus reconhecem que as suas maravilhas, ali anunciadas, atingem a plenitude no mistério pascal, cujo memorial se celebra sacramentalmente na Missa, e no qual participa pela comunhão"<sup>19</sup>. Além disso, nalgumas circunstâncias, pode unir-se a celebração do dia do Senhor e a celebração de alguns sacramentos, e principalmente dos sacramentais, segundo as necessidades de cada comunidade.

21. É necessário que os fiéis percebam com clareza que tais celebrações têm carácter supletivo, e não venham a considerá-las como a melhor solução das novas dificuldades ou concessão feita à comodidade<sup>20</sup>. Por isso as reuniões ou assembleias deste género nunca podem realizar-se ao domingo naqueles lugares onde a Missa já foi ou será celebrada nesse dia, ou foi celebrada na tarde do dia anterior, mesmo noutra língua; e não convém repetir tal assembleia.

22. Evite-se com cuidado qualquer confusão entre as reuniões deste género e a celebração eucarística. Tais reuniões não devem diminuir mas aumentar nos fiéis o desejo de participar na celebração eucarística e devem torná-los mais diligentes em frequentá-la.

23. Compreendam os fiéis que não é possível a celebração do sacrifício eucarístico sem o sacerdote e que a comunhão eucarística, que eles podem receber em tais reuniões, está intimamente unida ao sacrifício da Missa. Partindo daqui pode mostrar-se aos fiéis quão necessário é orar "para que se multipliquem os dispensadores dos mistérios de Deus, e sejam perseverantes no seu amor"<sup>21</sup>.

24. Compete ao bispo diocesano, ouvindo o parecer do Conselho

Presbiteral, estabelecer se na sua diocese devem realizar-se regularmente reuniões dominicais sem a celebração da Eucaristia, e definir para elas não só normas gerais mas também particulares, tendo em conta os lugares e as pessoas. Portanto não se constituam assembleias deste género, a não ser por convocação do bispo e sob ministério pastoral do pároco.

25. "Nenhuma comunidade cristã se edifica sem ter a sua raiz e o seu centro na celebração da santíssima Eucaristia" <sup>23</sup>. Por isso, antes do bispo estabelecer que se realizem reuniões dominicais sem a celebração eucarística, devem ser examinadas, além do estado das paróquias (cf. n. 5), as possibilidades de recorrer a presbíteros, mesmo religiosos, não directamente dedicados à cura de almas, e a frequência às Missas celebradas nas diversas igrejas e paróquias <sup>23</sup>. Mantenha-se a primazia da celebração eucarística sobre todas as outras acções pastorais, especialmente no domingo.

26. O bispo, pessoalmente ou por meio de outrem, instruirá a comunidade diocesana com uma catequese oportuna sobre as causas determinadas desta provisão, mostrando a sua gravidade e exortando à corresponsabilidade e à cooperação. Ele designará um delegado ou uma comissão especial que vele pela correcta realização das celebrações, escolherá aqueles que as hão-de promover e providenciará para que eles próprios sejam devidamente instruídos. Todavia terá sempre a preocupação de que esses fiéis possam participar na celebração eucarística algumas vezes durante o ano.

27. Compete ao pároco informar o bispo sobre a oportunidade de tais celebrações, a realizar na área da sua jurisdição, preparar os fiéis para elas, visitá-los de vez em quando durante a semana, celebrar-lhes os sacramentos no tempo devido, sobretudo a Penitência. Tal comunidade poderá assim experimentar verdadeiramente o modo como no dia do domingo se reuniu não "sem presbítero", mas somente "na sua ausência", ou melhor, "na expectativa da sua vinda".

28. Quando a celebração da Missa não for possível, o pároco tomará providências para que a sagrada comunhão possa ser distribuída. Fará as coisas de modo que em cada uma das comunidades se faça a celebração da Eucaristia no tempo estabelecido. As hóstias

consagradas devem ser renovadas com frequência e guardadas num lugar seguro.

29. Para dirigir estas reuniões dominicais chamem-se os diáconos, como primeiros colaboradores dos sacerdotes. Ao diácono, ordenado para apascentar o povo de Deus e para o fazer crescer, compete dirigir a oração, proclamar o Evangelho, fazer a homilia e distribuir a Eucaristia <sup>24</sup>.

30. Quando estão ausentes quer o presbítero quer o diácono, o pároco deve designar leigos, aos quais confiará o cuidado das celebrações, isto é, a responsabilidade da oração, o serviço da Palavra, e a distribuição da sagrada comunhão.

Sejam eleitos por ele em primeiro lugar os acólitos e os leitores, instituídos para o serviço do altar e da palavra de Deus. Na falta destes, podem ser designados outros leigos, homens e mulheres, que pela força do Baptismo e da Confirmação, podem exercer este múnus <sup>25</sup>. Devem ser escolhidos tendo em atenção as suas qualidades de vida, em consonância com o Evangelho, e tenha-se também em conta que possam ser aceites pelos fiéis. Habitualmente a designação será feita por um período determinado de tempo e deve ser manifestada publicamente à comunidade. Convém que se faça por eles uma oração a Deus numa celebração <sup>26</sup>.

O pároco tenha o cuidado de dar a estes leigos uma formação adaptada e contínua, e prepare com eles celebrações dignas (cf. Capítulo III).

31. Os leigos designados, devem considerar o múnus que lhes foi confiado não tanto como uma honra, mas principalmente como um encargo, e em primeiro lugar como um serviço em favor dos irmãos, sob a autoridade do pároco. O seu múnus não lhes é próprio, mas supletivo, pois o exercem "quando a necessidade da Igreja o sugere, na falta dos ministros" <sup>27</sup>.

"Façam tudo e só o que pertence ao ofício que lhes foi confiado" <sup>28</sup>. Exerçam o seu múnus com piedade sincera e com ordem, como convém ao seu ofício e como justamente deles exige o povo de Deus <sup>29</sup>.

32. Se no domingo não for possível fazer a celebração da palavra de Deus com distribuição da sagrada comunhão, recomenda-se viva-

mente aos fiéis "que se entreguem durante um tempo razoável, pessoalmente ou em família ou, segundo as circunstâncias, em grupos de famílias" <sup>30</sup> à oração. Nestes casos as transmissões televisivas das celebrações sagradas podem ser uma boa ajuda.

33. Tenha-se sobretudo presente a possibilidade de celebrar alguma parte da Liturgia das Horas, por exemplo Laudes matutinas ou Vésperas, nas quais podem inserir-se as leituras do domingo. Com efeito, quando "os fiéis são convocados e se reúnem para celebrar a Liturgia das Horas, pela união das vozes e dos corações manifestam a Igreja que celebra o mistério de Cristo" <sup>31</sup>. No fim desta celebração pode ser distribuída a comunhão eucarística (cf. n. 46).

34. "A graça do Redentor não falta de modo nenhum a cada um dos fiéis ou às comunidades, que por causa das perseguições ou por falta de sacerdotes se vêem privadas, por muito ou pouco tempo, da celebração da sagrada Eucaristia. Com efeito, animados interiormente pelo desejo do sacramento e unidos na oração com toda a Igreja, invocam o Senhor e elevam para Ele os seus corações, e assim, pela força do Espírito Santo, participam da comunhão com a Igreja, corpo vivo de Cristo, e com o próprio Senhor... e têm parte, desse modo, no fruto do sacramento" <sup>32</sup>.

### Capítulo III

#### A Celebração

35. A ordem a observar na reunião do dia dominical, quando não há Missa, consta de duas partes, a saber, a celebração da palavra de Deus e a distribuição da comunhão. Na celebração não deve ser inserido o que é próprio da Missa, sobretudo a apresentação dos dons e a Oração eucarística. O rito da celebração deve ser organizado de tal modo que favoreça totalmente a oração e dê a imagem duma assembleia litúrgica e não duma simples reunião.

36. Os textos das orações e das leituras para cada domingo ou solenidade, tomam-se habitualmente do Missal e do Leccionário. Desse modo os fiéis, seguindo do curso do Ano litúrgico, terão possibilidade de

orar e de ouvir a palavra de Deus em comunhão com outras comunidades da Igreja.

37. O pároco, ao preparar a celebração com os leigos designados, pode fazer adaptações tendo em conta o número dos participantes e a capacidade dos animadores, e relativamente aos instrumentos que servem ao canto e à execução musical.

38. Quando o diácono preside à celebração, comporta-se do modo que é próprio ao seu ministério nas saudações, nas orações, na leitura do Evangelho e na homilia, na distribuição da comunhão e na despedida dos participantes com a bênção. Paramenta-se com as vestes próprias do seu ministério, isto é, a alva com a estola, e, se for oportuno, a dalmática, e utilize a cadeira presidencial.

39. O leigo que orienta a reunião, comporta-se como um entre iguais, como sucede na Liturgia das Horas, quando não preside o ministro ordenado, e nas bênçãos, quando o ministro é leigo ("O Senhor nos abençoe...", "Bendigamos ao Senhor..."). Não deve usar as palavras que pertencem ao presbítero ou ao diácono, e deve omitir aqueles ritos, que de modo mais directo lembram a Missa, por exemplo: as saudações, sobretudo "O Senhor esteja convosco" e a forma de despedida, que fariam aparecer o moderador leigo como um ministro sagrado <sup>33</sup>.

40. Deve usar uma veste que não desdiga do ofício que desempenha, ou vestir aquela que o bispo eventualmente tenha estabelecido <sup>34</sup>. Não deve utilizar a cadeira presidencial, mas prepare-se antes uma outra cadeira fora do presbitério <sup>35</sup>. O altar, que é a mesa do sacrifício e do convívio pascal, deve servir apenas para sobre ele colocar o pão consagrado antes da distribuição da Eucaristia.

Ao preparar a celebração cuide-se da conveniente distribuição dos serviços, por exemplo, para as leituras, para os cânticos, etc., e da disposição e arranjo dos lugares.

41. O esquema da celebração compõe-se dos seguintes elementos:

a) Os ritos iniciais, cuja finalidade é conseguir que os fiéis, quando se reúnem, constituam a comunidade e se disponham dignamente para a celebração;

b) a liturgia da palavra, na qual o próprio Deus fala ao seu povo, para lhe manifestar o mistério da redenção e da salvação; o povo responde mediante a profissão de fé e a oração universall;

c) a acção de graças, com a qual se bendiz a Deus pela sua imensa glória (cf. n. 45);

d) os ritos da comunhão, pelos quais se exprime e realiza a comunhão com Cristo e com os irmãos, sobretudo com aqueles que, no mesmo dia, participam do sacrifício eucarístico;

e) os ritos da conclusão, através dos quais se indica a relação que existe entre a liturgia e a vida cristã.

A Conferência Episcopal, ou o próprio bispo, tendo em conta as circunstâncias de lugar e de pessoas, pode determinar melhor a própria celebração, com subsídios preparados pela Comissão nacional ou diocesana de Liturgia. Todavia este esquema de celebração não se deve modificar sem necessidade.

42. Na monição inicial, ou noutro momento da celebração, o moderador recorde a comunidade com a qual, naquele domingo, o pároco celebra a Eucaristia e exorte os fiéis a unirem-se a ela em espírito.

43. Para que os participantes possam assimilar a palavra de Deus, haja ou uma certa explicação das leituras, ou um silêncio sagrado para meditar no que se ouviu. Como a homilia é reservada ao sacerdote ou ao diácono<sup>36</sup>, é para desejar que o pároco entregue a homilia por ele antecipadamente preparada ao moderador do grupo, para que a leia. Observe-se porém aquilo que a Conferência Episcopal tiver estabelecido sobre o assunto.

44. A oração universal faça-se de acordo com a série das intenções estabelecidas<sup>37</sup>. Não se omitam as intenções por toda a diocese, eventualmente propostas pelo bispo. De igual modo, proponha-se com frequência a intenção pelas vocações às Ordens sacras, pelo bispo e pelo pároco.

45. A acção de graças faz-se de um dos modos aqui indicados:



a) depois da oração universal ou depois da distribuição da comunhão, o moderador convida à acção de graças, pela qual os fiéis exaltam a glória de Deus e a sua misericórdia. Isto pode fazer-se com um salmo (v. g. salmos 99, 112, 117, 135, 147, 150), ou com um hino ou um cântico (v. g. "Glória a Deus nas alturas", "Magnificat"...), ou também com uma prece litânica, que o moderador, de pé com os fiéis, voltado para o altar, diz juntamente com todos eles;

b) antes da oração do "Pai nosso", o moderador aproxima-se do sacrário ou do lugar onde se encontra a Eucaristia, e, feita a genuflexão, depõe a a píxide com a sagrada Eucaristia sobre o altar; depois, ajoelhado diante do altar, juntamente com os fiéis, canta o hino, o salmo ou a prece litânica, que, neste caso, é dirigida a Cristo presente na santíssima Eucaristia.

No entanto esta acção de graças não deve ter, de modo nenhum, a forma duma Oração eucarística. Não se utilizem os textos do Prefácio e da Oração eucarística propostos no missal romano, e evite-se todo o perigo de confusão.

46. Para o ordenamento do rito da comunhão, observe-se quando se diz no Ritual Romano da Sagrada Comunhão fora da Missa <sup>38</sup>. Recorde-se com frequência aos fiéis que eles, mesmo quando recebem a comunhão fora da celebração da Missa, estão unidos ao sacrifício eucarístico.

47. Para a comunhão, utilize-se, se for possível, pão sagrado nesse mesmo domingo, na Missa celebrada noutro lugar e daí levado pelo diácono ou por um leigo num recipiente (píxide ou caixa), e reposto no sacrário antes da celebração. Também pode utilizar-se pão sagrado na última Missa aí celebrada. Antes da oração do "Pai Nosso", o moderador aproxima-se do sacrário, ou do lugar onde a Eucaristia foi reposta, pega no vaso com o Corpo do Senhor, depõe-no sobre a mesa do altar, e introduz a oração dominical, a não ser que se faça a acção de graças, da qual se falou no n. 45, b).

48. A oração dominical é sempre recitada ou cantada por todos, mesmo quando não se distribui a sagrada comunhão. Pode realizar-se o rito da paz. Depois da distribuição da comunhão "conforme as circunstâncias, pode guardar-se por algum tempo o silêncio sagrado ou



cantar-se um salmo ou um cântico de louvor<sup>39</sup>. Pode também fazer-se a acção de graças da qual se falou no n. 45, a).

49. Antes do fim da reunião, fazem-se os anúncios e dão-se as notícias que dizem respeito à vida paroquial ou diocesana.

50. Nunca se dirá suficientemente a importância capital da assembleia do domingo, quer como fonte de vida cristã de cada pessoa e das comunidades, quer como testemunho do projecto de Deus: reunir todos os homens em seu Filho Jesus Cristo.

Todos os cristãos devem estar convencidos que não é possível viver a sua fé sem participar, de maneira própria a cada um, na missão universal da Igreja, se não se alimentarem do pão eucarístico. De igual modo devem estar convencidos que a reunião do domingo é sinal para o mundo do mistério de comunhão, que é a Eucaristia"<sup>40</sup>.

Este Directório, preparado pela Congregação do Culto Divino, foi aprovado pelo Sumo Pontífice João Paulo II no dia 21 de Maio de 1988, que o mandou publicar.

Sede da Congregação do Culto Divino, 2 de Junho de 1988, na solenidade do SS. Corpo e Sangue de Cristo

**Paulo Agostinho Card. Mayer, O.S.B.**  
**Prefeito**

**† Virgílio Noé**  
**Arceb. tit. de Vancária**  
**Secretário**

### **Notas do Directório para as Celebrações Dominicais na ausência do Presbítero**

- 1 Cf. *Lc* 24,27.
- 2 C.D.C. can. 1248§2.
- 3 Cf. *Acta Martyrum Bytinae*, em D. Ruiz Bueno, *Actas de los Martyres*, BAC 75 (Madrid 1951) 973.
- 4 SCR e Consilium, Instrução *Inter oecumenici* (26 Setembro 1964), n. 37, *AAS* 56 (1964) 884-885; C.D.C. 1248§2.
- 5 Conc. Vat. II Constituição sobre a Sagrada Liturgia *Sacrosanctum Concilium*, n. 106. Cf. *ibid.* Apêndice. Declaração do Conc. Vat. II sobre a reforma do calendário.

- 6 Cf. *Ap* 1,10. Cf. também *Jo* 20, 19-26; *Act* 20, 7-12; *1 Cor* 16, 2; *Hebr* 10, 24-25.
- 7 *Didaquê* 14, 1; ed., F. X., FUNK, *Doctrina duodecim Apostolorum*, p. 42.
- 8 S. Justino, *Apologia I*, 67, PG 6, 430.
- 9 *Didascália dos Apóstolos*, 2, 59, 1-3; ed., F.X., FUNK 1, p. 170.
- 10 Conc. Vat. II Constituição sobre a Sagrada Liturgia *Sacrosanctum Concilium*, n. 106.
- 11 S. Inácio de Antioquia, *Carta aos Magnésios* 9, 1; ed., F. X. FUNK 1, p. 199.
- 12 Cf. Paulo VI, Alocução a alguns bispos da França em visita *ad sacra limina*, 26 de Março 1977, AAS 69 (1977) 465: "O objectivo deve continuar a ser a celebração do sacrifício da Missa, única verdadeira realização da Páscoa do Senhor".
- 13 Conc. Vat. II Constituição sobre a Sagrada Liturgia *Sacrosanctum Concilium*, n. 106.
- 14 Cf. SCR, Instrução *Eucharisticum mysterium* (25 Maio 1967), n. 25, AAS 59 (1967) 555.
- 15 *Ibid.*, Conc. Vat. II, Constituição sobre a Sagrada Liturgia *Sacrosanctum Concilium*, n. 106.
- 16 Cf. "O sentido do domingo numa sociedade pluralista. Reflexões pastorais da Conferência dos Bispos do Canadá" em *La Documentation Catholique* n. 1935 (1987) 273-276.
- 17 *Ap* 7, 9.
- 18 Cf. Conc. Vat. II, Constituição sobre a Sagrada Liturgia *Sacrosanctum Concilium*, n. 35, 4.
- 19 *Ritual Romano*, A Sagrada Comunhão e o Culto do Mistério Eucarístico fora da Missa, n. 26.
- 20 Cf. Paulo VI, Alocução a alguns bispos de França em visita *ad sacra limina*, 26 Março 1977, AAS 69 (1977) 465: "Avançai com discernimento, mas sem multiplicar este tipo de assembleias, como se fosse a melhor solução e a última oportunidade".
- 21 *Missal Romano*, Pelas vocações às ordens sacras, oração sobre as oblatas.
- 22 Conc. Vat. II, Decreto sobre a vida e o ministério dos presbíteros, *Presbyterorum ordinis*, n. 6.
- 23 SCR, Instrução *Eucharisticum mysterium* (25 Maio 1967), n. 26, AAS 59 (1967) 555.
- 24 Cf. Paulo VI, *Motu proprio Ad pascendum* (15 Agosto 1972), n. 1, AAS 64 (1972) 534.
- 25 C.D.C. can. 230, § 3.
- 26 *Ritual Romano*, De Benedictionibus, cap. II, I, B.
- 27 C.D.C. can. 230, § 3.
- 28 Conc. Vat. II, Constituição sobre a Sagrada Liturgia *Sacrosanctum Concilium*, n. 28.
- 29 Cf. *Ibid.*, n. 29.
- 30 C.D.C. can. 1248 §2.
- 31 Instrução Geral sobre a Liturgia das Horas, n. 22.
- 32 Congregação para a Doutrina da Fé, *Carta sobre algumas questões relativas ao ministro da Eucaristia* (6 Agosto 1983), AAS 75 (1983), 1007.
- 33 Cf. Instrução Geral sobre a Liturgia das Horas, n. 258; Cf. *Ritual Romano*, De Benedictionibus, nn. 48, 119, 130, 181.
- 34 *Ritual Romano*, A Sagrada Comunhão e o Culto do Mistério Eucarístico fora da Missa, n. 20.
- 35 Cf. Instrução Geral sobre a Liturgia das Horas, n. 258.
- 36 Cf. C.D.C. can. 766-767.
- 37 Cf. Instrução Geral do Missal Romano, nn. 45-47.
- 38 *Ritual Romano*, A Sagrada Comunhão e o Culto do Mistério Eucarístico fora da Missa, cap. I.
- 39 Cf. *Ibid.*, n. 37.
- 40 João Paulo II, Alocução a alguns bispos da França em visita *ad sacra limina*, no dia 27 de Março de 1987.

## Como vai a reforma litúrgica 25 anos depois da Constituição sobre a Liturgia?

Ocorreu, de 25 a 29 de Julho passado, o XVI Encontro Nacional de Pastoral Litúrgica que teve por temática a Reforma Litúrgica 25 anos depois da Constituição sobre a Liturgia. Constituiu, de certo modo, o balanço do que se fez, o tomar de consciência da situação existente, e uma abertura para o limiar do século XXI.

Realizado no Santuário de Fátima, como todos os outros, teve cerca de mil e trezentos participantes, que eram oriundos de todas as dioceses de Portugal e ainda de alguns outros países de língua oficial portuguesa.

O Sr. D. Manuel de Almeida Trindade, Bispo Emérito de Aveiro, fez a primeira conferência que foi dedicada a O Concílio Vaticano II e a Constituição sobre a Liturgia. Tendo sido Padre Conciliar desde o princípio, conhece profundamente o tema que tratou de forma exemplar.

Sobre os outros temas de reforma litúrgica seguiram-se os seguintes conferencistas:

Cón. José Ferreira, que encarou a Liturgia como revelação e actuação do mistério de Cristo; P. Dr. Luis Ribeiro de Oliveira, que apresentou a Liturgia como verdadeira manifestação da natureza da Igreja; P. Dr. José de Leão Cordeiro, que considerou a Eucaristia como principal manifestação da Igreja; P. Dr. Pedro Ferreira, OCD, que reflectiu sobre a formação litúrgica orientada para a participação activa, consciente e frutuosa; Cón. Dr. António Ferreira dos Santos, que fez considerações vigorosas e oportunas sobre a renovação da Música Sacra no nosso País; P. Dr. Pedro Romano Rocha, SJ, professor de Liturgia na Universidade Gregoriana de Roma, a quem foi confiado o tema das realizações e perspectivas da reforma litúrgica, o qual teve o desenvolvimento que era de esperar tanto da competência do conferencista como da natureza do assunto.

Mas indicar os nomes dos conferencistas e os títulos dos temas tratados não basta para fazer a mínima ideia do que é um Encontro deste género. É que não se podem omitir as celebrações litúrgicas, quer pelo cuidado da sua preparação quer pela perfeição possível da sua concretização. Como instrumento de trabalho foi publicado e oferecido a cada participante um guião com composições dos seguintes autores: P. António Júlio Cartageno, P. Dr. António Azevedo Oliveira, Cón. Dr. António Ferreira dos Santos, Cón. Carlos Silva, Mons. José Fernandes da Silva, P. Manuel Luis, de saudosa memória, e P. Dr. Manuel Simões, SJ. O ensaio e a direcção estiveram a cargo de Mons. José Fernandes da Silva, P. Dr. António Azevedo Oliveira, P. António Júlio Cartageno e Cón. Carlos Silva.

As laudes matinais na Capelinha das Aparições, a Missa ao meio dia na Basílica e as Vésperas ao cair da tarde no anfiteatro do Centro Pastoral de Paulo VI foram momentos fortes de espiritualidade comunitária e pessoal que não se podem descrever devido ao seu carácter experimental.

Uma exposição documental, modesta mas significativa, mostrou com dados e com datas o muito que se fez e o muito mais que está para se fazer.

Presidiu o Sr. D. António Francisco Marques, Presidente da Comissão Episcopal de Liturgia, que teve a seu lado, colaborando também, o Sr. D. Joaquim Gonçalves, Bispo Coadjutor de Vila Real e Vogal da mesma Comissão. Os Srs. D. Alberto Cosme Amaral, Bispo de Leiria-Fátima, e D. Américo Henriques também participaram nalguns trabalhos e celebrações do Encontro.

Na sessão de encerramento, Mons. Aníbal Ramos, Director do Secretariado Nacional de Liturgia, apresentou um panorama dos trabalhos e preocupações do Secretariado, desde a preparação dos livros litúrgicos até aos vários encontros e outras actividades, a nível diocesano, nacional e europeu.

O Sr. D. António Francisco Marques agradeceu o esforço e a dedicação do Secretariado Nacional na pessoa do seu Director, apontou várias realizações que procuram celebrar, no nosso País, os 25 anos da Constituição sobre a Liturgia e que são, além deste Encontro e da sua temática, a 2ª Reunião das Comissões Episcopais de Liturgia dos Países de Língua Portuguesa, a conclusão do Missal do Altar, a publicação do Ritual das Bênçãos e do Cerimonial dos Bispos, a conclusão da Colectânea de Músicas Litúrgicas, a constituição do Serviço Nacional

de Arte Sacra e do Património Artístico e Documental da Igreja, e a 1ª Reunião dos Vogais do Serviço Nacional de Música Sacra.

Falou também do papel providencial destes encontros nacionais e da sua projecção nos encontros diocesanos, da necessidade da formação litúrgica a vários níveis, da presidência das celebrações e da diversidade dos ministérios na assembleia litúrgica, do respeito pelos critérios pastorais, dos excessos conservadores e progressistas que ainda se verificam embora de forma pouco significativa e em fase descendente, e terminou invocando a intercessão de Nª Sª de Fátima para todos os agentes da Pastoral Litúrgica no nosso País.

## Liturgistas europeus estudam a piedade popular

Efectuou-se em Leányfalu, nos arredores de Budapeste, de 30 de Maio a 4 de Junho, o Encontro dos Secretários Nacionais de Liturgia da Europa.

A temática deste Encontro tratou da **religiosidade popular e a liturgia**, de acordo com a escolha feita há dois anos em Lisboa. Para a designação deste tema contribuiu a evolução da vida litúrgica e religiosa da Europa nas últimas décadas e também, de certo modo, o contacto dos Secretários Europeus com o Santuário de Fátima e a devoção mariana nele praticada.

Em ordem à preparação deste Encontro foi feito um inquérito minucioso que dá um panorama muito concreto da piedade popular na Europa.

Durante o Encontro a temática foi subdividida em cinco temas principais: 1. definição da piedade popular, 2. tensões e diferença entre liturgia e piedade popular, 3. inculturação da liturgia no espírito da piedade popular, 4. evolução da piedade popular no sentido da liturgia, 5. canto e música, culto mariano e peregrinações.

Cada um dos temas, introduzido pelos membros do **bureau** organizador, foi objecto de reflexão comum nos trabalhos de grupo. Os grupos são de base linguística, excepto o da Europa Meridional, cujas línguas são de origem latina mas todas diferentes.

Como vem sendo habitual, os trabalhos foram organizados com todo o cuidado e depois executados com a maior precisão e pontualidade.

Além de uma maior compreensão pelo papel da religiosidade popular, verificou-se que era necessária uma evolução no sentido da piedade litúrgica, como o Papa João Paulo II recomendou no Chile em 1988; que esta evolução tem sido bem sucedida nalguns santuários, como em Lourdes e Fátima, mas que nem sempre é fácil. A execução do canto feita por vezes só pelo grupo coral e a falta de critério na escolha das músicas foram apontadas como sendo os dois maiores obstáculos à participação da assembleia nas celebrações litúrgicas — o grande objectivo da reforma conciliar do Vaticano II.

Durante a semana, praticamente só à noite, e nem sempre, houve tempo livre para a convivência e a partilha de experiências. Além disso, ficou um dia livre para melhor conhecimento do país magiar nos seus monumentos, na sua arte, nos seus costumes populares e nas suas tradições religiosas.

Pela primeira vez e não por falta de insistência em anteriores Encontros, serviu de local um país do Leste Europeu. Tal permitiu que participassem representantes de todos os países convidados da Europa Oriental, como a República Democrática Alemã, a Checoslováquia, a Hungria, a Polónia, a Jugoslávia e a Lituânia, actualmente integrada na União Soviética.

Os trabalhos do Encontro, que foram moderados de forma exemplar por Mons. Gaston Savornin, representante da França e presidente do **bureau**, revelaram-se de grande interesse e riqueza.

O acolhimento, que esteve a cargo do P. Jozsef Török, representante da Hungria, e dos padres e religiosas da casa, foi fraterno e caloroso.

Como é das normas, houve eleição dos representantes de cada grupo para o **bureau** destes Encontros, ficando Peter Gallacher, da Escócia, pela língua inglesa; Thomas Egloff, da Suíça Alemã, pela língua alemã; Jean-Louis Angué, da França, pela língua francesa; Aníbal Ramos, de Portugal, pela Europa Meridional; e Marijan Smolik, da Jugoslávia, pela Europa Oriental. Por sua vez, estes membros do **bureau** escolheram para seu presidente Thomas Egloff.

Este **bureau** tomou posse imediatamente e já marcou a sua primeira reunião de trabalho para meados de Dezembro próximo, na Suíça.

## Congregação do Culto Divino e da Disciplina dos Sacramentos

No Consistório de 28 de Junho de 1988, o Papa João Paulo II elevou ao cardinalato Monsenhor Eduardo Martínez Somalo, Substituto da Secretaria de Estado do Vaticano.

No mesmo Consistório, o Papa promulgou a Constituição Apostólica "Bonus Pastor" relativa à Cúria Romana. Em virtude desta Constituição, a Congregação do Culto Divino passou a designar-se "Congregação do Culto Divino e da Disciplina dos Sacramentos". O Papa nomeou Prefeito desta Congregação o novo Cardeal Eduardo Martínez Somalo.

A união das Congregações do Culto Divino e da Disciplina dos Sacramentos na mesma Congregação romana corresponde a uma aspiração que vem de longe e não deixa de ter em seu abono razões lógicas e pastorais de grande importância. Efectivamente a Liturgia — e consequentemente o Culto católico — inclui a Eucaristia, os Sacramentos e os Sacramentais. Uma Congregação do Culto Divino sem competência para tratar dos Sacramentos parecia amputada de uma das suas atribuições fundamentais.

O nosso Boletim congratula-se com esta reforma da Cúria Romana e deseja ao novo Prefeito da Congregação do Culto Divino e da Disciplina dos Sacramentos o maior êxito no desempenho de tão elevado cargo.



# Gestos litúrgicos

## Aspersão e incensação

Foi posta à Congregação, então ainda somente do Culto Divino, a seguinte questão:

Como compreender as rubricas do Missal sobre a aspersão e a incensação? Uma vez que estes gestos são **ad libitum**, não somos levados a interpretar o que é facultativo como excepcional e supérfluo?

Eis a resposta da Congregação:

No que se refere à aspersão, o Missal mantém **ad libitum** em todas as Missas de domingo, e já não como outrora na Missa principal, e neste caso a aspersão substitui o acto penitencial.

No que diz respeito à incensação, a Instrução Geral do Missal Romano diz: **Incensum ad libitum adhiberi potest in quolibet forma Missae** (n. 235). A frase deve entender-se no seu conjunto: **ad libitum** significa que o incenso não é obrigatório, mas **in quolibet forma Missae** significa que a incensação não é reservada ao que antigamente se chamava Missa solene com diácono e subdiácono.

O aspecto facultativo da aspersão e da incensação não é para se interpretar como restritivo, mas como um alargamento de possibilidades oferecidas ao uso destes gestos simbólicos.

Após um período caracterizado por uma inflação da palavra em prejuízo dos sinais, é bom redescobrir a importância dos gestos simbólicos na liturgia. O **Caeremoniale Episcoporum** poderá servir de guia neste sentido, não só para as celebrações presididas pelo bispo, mas também para as do cabido da sua catedral (cf. Cap. III, **De ecclesia cathedralis**; para a incensação, nn. 84-98; para a aspersão, nn. 110-114).

NOTITIAE, n. 264, p. 476)



# A Missa ontem e hoje

de Pierre Journel

O aparecimento em português deste precioso livro de Mons. Pierre Journel sobre a Missa é uma iniciativa do Secretariado Nacional de Liturgia, depois do seu Director ter ficado vivamente impressionado com a leitura da edição original que leva o título **La Messe, hier et aujourd'hui**. A falta, entre nós, de uma obra actualizada sobre a Celebração Eucarística e a consciência de que os leigos, de modo especial, muito iriam beneficiar com ela para a sua formação litúrgica, foram os principais motivos que levaram o Secretariado a sentir a urgência de proporcionar este livro a um público carenciado mas interessado.

A presente tradução é homenagem de um discípulo e admirador de Mons. Journel, àquele que foi um dos mais importantes artífices da reforma litúrgica, ao Mestre na arte de ensinar Liturgia como quem conta uma história que entusiasma e emociona, e ao Homem simples e amigo no seu contacto com todos os alunos mais particularmente com os estrangeiros que frequentavam o Instituto Superior de Liturgia de Paris.

Outras motivações a justificam naturalmente.

A comemoração dos 25 anos da **Constituição sobre a Sagrada Liturgia** que se está a fazer em todo o mundo foi uma circunstância que pesou também na decisão tomada. É que, segundo esta Constituição, "a Igreja procura, solícita e cuidadosa, que os cristãos não entrem neste mistério de fé como estranhos ou espectadores mudos, mas participem na acção sagrada, consciente, activa e frutuosamente, por meio duma boa compreensão dos ritos e orações" (SC 48). Para o conseguir, torna-se necessária uma catequese permanente e adequada da Missa, que tenha em conta a catequese elementar que se fez nos primeiros anos da iniciação cristã, mas não cesse de progredir e de se aprofundar ao longo de toda a vida.

Como recorda a **Instrução Geral do Missal Romano** (n. 1), a celebração da Missa é o centro de toda a vida cristã, tanto para a Igreja como para cada um dos fiéis, pois todas as demais acções sagradas e todas as obras da vida cristã com ela estão relacionadas, dela derivam e ela a se ordenam.

Trata-se, pois, com a publicação deste livro, de contribuir para a formação de padres e leigos naquilo que é essencial à vida cristã, o seu verdadeiro “centro”, do qual tudo deriva e para o qual tudo converge.

Reconhecemos que há no nosso País e no nosso tempo uma grande abertura para as acções evangelizadoras e sócio-caritativas. Este livro pretende ajudar a compreender o lugar importante, embora não exclusivo, da Celebração Eucarística no conjunto das actividades eclesiais. A educação da fé, a celebração da liturgia e a experiência comunitária da caridade fazem parte, a igual título, da vida normal de qualquer comunidade cristã.

Vindo este livro a público no ano do Congresso Nacional dos Leigos, esperamos que ele possa contribuir eficazmente para a sua formação litúrgica e eucarística. Os seus quarenta e seis capítulos, breves e sugestivos, leem-se com agrado, despertam a nossa curiosidade e levam-nos a saborear, na medida da nossa capacidade, a maravilha do “mistério da fé” que é a Missa.

A. Ramos